
CIDADES MÉDIAS NÃO METROPOLITANAS DAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL: ESPECIALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL – 1990/2010

Ana Cristina dos Santos Moraes¹
William Eufrásio Nunes Pereira²

RESUMO: O objetivo da pesquisa é observar a especialização das atividades produtivas nas cidades médias não metropolitanas das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, bem como sua relação com o processo de desconcentração produtiva. Nos anos 1990, o Brasil vivenciou algumas transformações, dentre elas as reformas, propostas e apresentadas pelo Governo Collor como: a abertura comercial e financeira, privatizações, etc., com isso a política industrial ficou aquém do esperado. Os resultados mostraram que a Região Sudeste, continua sendo a detentora do maior quantitativo de empregos formais entre as duas regiões, porém, esses diferenciais de quantidades de empregos formalizados reduziu-se visivelmente, pois o crescimento relativo das cidades do Nordeste foi maior quando comparado com as do Sudeste.

Palavras-Chave: Especialização, Regiões, Emprego Formal, Cidades Médias.

¹ Economista. Doutoranda em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: crystynamorays@hotmail.com

Mestranda em Economia Regional – PPECO/UFRN, E-mail: crystynamorays@hotmail.com

² Economista, Doutor em Ciências Sociais. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: willa@ufrnet.br

1. INTRODUÇÃO

Em 1994, entrou em vigor o Plano Real que objetivava promover o ajuste fiscal através das contas públicas do governo e eliminar a inflação. A abertura comercial gerou uma especialização na produção com o coeficiente de importação maior do que o coeficiente de exportação, promovendo perda do mercado doméstico maior do que realmente deveria ter sido (CARNEIRO, 2000).

Os desdobramentos da economia brasileira, a partir da década de 1990, promoveram algumas transformações no que se refere à distribuição das atividades do setor industrial pelo território Nacional. A desconcentração produtiva, no período, em benefício de outras regiões do País, promoveu uma migração populacional em direção às cidades com novas oportunidades de emprego. Nesse contexto de crescimento populacional de algumas cidades, ocorreu um acelerado crescimento no processo de urbanização, resultado do processo de desenvolvimento da industrialização, incentivado pela reestruturação produtiva.

A indústria brasileira não tinha como concorrer com os produtos importados os quais foram beneficiados com reduções tarifárias. Esse quadro provocou uma redução no dinamismo do mercado de trabalho formal, devido às medidas político-econômicas implementadas, já que o Governo precisava enfrentar alguns desafios tais como: controlar a inflação, equacionar a dívida externa e formular política econômica (BRUM, 1999).

Inicialmente o trabalho faz uma breve introdução. Em seguida apresenta-se uma discussão sobre as cidades médias. A terceira parte é composta pela apresentação dos dados sobre a distribuição do emprego formal na indústria das cidades médias do Nordeste e Sudeste. Por fim, é feita as considerações finais.

2. CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS

Vários autores brasileiros (PEREIRA, 2007; LEMOS, 2003; AMORIM FILHO, SERRA, 2001; ANDRADE, 2001 etc.) estudam as cidades médias visando constituir, compreender ou caracterizar alguns conceitos, haja vista as mudanças ocorridas na organização e produção, as quais estão diretamente relacionados a reestruturação

produtiva, abertura comercial e mudanças no papel do Estado no desenvolvimento do país com a ampliação nos investimentos em infraestrutura, estradas, ferrovias, energia elétrica e telefonia.(AMORIM FILHO, 2001) .

O IBGE, atualmente, classifica as cidades médias com aquelas cidades com aglomerações populacionais entre 100 mil e 500 mil habitantes. Essas cidades exercem atração devido, principalmente, a possibilidade da oferta de emprego e da instalação do setor industrial e de serviços nessas cidades. Santos (2005) chama a atenção, pois o conceito de cidades médias mudou sua classificação ao longo dos anos, visto que até os anos 1970, um município era considerado médio quando tinha população superior a 20 mil habitantes.

Há três características que definem cidades médias. Elas podem: ser articuladoras nos eixos de desenvolvimento; atuar nos sistemas regionais com sucesso na localização de tecnopólos; e, apresentar importância das relações espaciais da cidade, onde desempenham papel importante na divisão do trabalho (LIMA, 2010).

O processo de desconcentração ocorrido na década de 1990 promoveu a realocação da indústria pelo território brasileiro, beneficiando, sobretudo o Nordeste em detrimento da região Sudeste, mostrando que ocorreu uma desconcentração das atividades da indústria pelo território nacional iniciado na década anterior (PEREIRA, 2008).

Dentro desse contexto, as cidades de médio porte são aquelas que podem ser conceituadas por sua relevância na localização geográfica, população, importância sócio- econômica e função na hierarquia urbana. Essas cidades constituem-se em centros de desenvolvimento regional e apresentam papel fundamental de desconcentração regional e de dinamização, pois criam o desenvolvimento local e regional, possibilitando a diminuição da disparidade econômica e de renda, e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes (STEINBERGER, BRUNA; 2001).

As cidades médias são capazes de unir centros onde já possuem escala urbanas com atividades econômicas que podem gerar as chamadas economias de aglomeração. Amorim Filho e Serra (2009) apresentam uma tipologia com características visíveis das cidades médias, que as levam a desenvolver funções econômicas completamente diferentes dentro da hierarquia urbana nacional e,

inclusive, dinâmicas desiguais. Essa tipologia é definida da seguinte forma: a) cidades médias metropolitanas - as que fazem parte de uma área metropolitana definida por lei; b) cidades médias capitais de estados - ligadas a funções administrativas públicas; c) cidades médias em eixos de transporte, associadas à infraestrutura; e d) cidades médias de fronteiras agrícolas, relacionadas à expansão agrícola para novas áreas do país.

A “política regional” adotada pelos estados, através da Guerra Fiscal, foi uma demonstração do afastamento do Estado brasileiro na promoção de política de desenvolvimento regional a partir do início dos anos 1990. O resultado de tal atitude foi o aumento no desemprego, a criação de uma capacidade da estrutura industrial ociosa e aumento da inflação. A continuidade dessa ausência de política regional realizou-se com as privatizações, redução nos gastos governamentais (CAIADO, 2002), ocorrendo uma desconcentração bastante seletiva no que se refere ao espaço e do ponto de vista setorial, Muitas empresas intensivas em mão de obra, como as indústrias têxteis e de calçados, deslocaram-se para o Nordeste, devido a proximidade de fontes de matéria-prima, infraestrutura local e desenvolvimento de novos mercados, foi o fato positivo numa década de dificuldades para a economia nordestina. (CARVALHO, 2008).

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada consistiu de uma revisão bibliográfica e um levantamento de dados secundários para fundamentação das ideias desenvolvidas. Os dados constam na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, disponibilizados pelo Ministério Trabalho e Emprego – MTE. A RAIS se constitui em uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal no Brasil.

Alguns autores (SILVEIRA, 2005; REZENDE, 2012) utilizam o Quociente Locacional para verificar a especialização da produção em uma região ou município quando comparado com a região de referência. Ele mostra o quanto o setor *i* é (ou não) importante para a região em comparação com a região de referência. O coeficiente de Hoover tem a característica de ser uma medida relativa, possibilitando comparar a concentração dos diferentes segmentos do setor industrial.

Neste caso, o emprego é a variável de referência, portanto, o Quociente Locacional é calculado:

$$L = \frac{E_{ij}}{E_j} / \frac{E_{iRR}}{E_{RR}}$$

Onde:

E_{ij} é emprego da indústria i na região j ; E_j é o emprego industrial na Região referência, E_{iRR} é o emprego total na região j , E_{RR} é o emprego total na região de referência.

Esse coeficiente mostra em cada segmento do setor industrial a participação do emprego em cada estado das regiões, ou seja, mostra quanto maior o índice mais concentrada é a indústria para a Região.

A utilização do emprego formal como principal variável é utilizada por Suzigan (*et al*, 2005) devido a uniformidade dos dados da RAIS. Rezende (*et al* 2012, p. 38) apresenta, exemplos de trabalhos similares que justificam, a utilizam da RAIS. Tal justificativa refere-se a: a) maior disponibilidade de informações em nível de desagregação setorial e espacial desejável; b) certo grau de uniformidade para medir e comparar a distribuição dos setores ou atividades no tempo; c) representatividade para medir o crescimento econômico.

4. EMPREGO INDUSTRIAL NAS CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE E SUDESTE

A tabela 01 apresenta os dados totais das cidades médias não metropolitanas das regiões Nordeste (NE) e Sudeste (SE), no que se refere à quantidade de empregos formais, bem como total da população. As duas regiões possuem um total de 113 municípios.

Tabela 01 – Variáveis utilizadas: Emprego Formal, População – 1991, 2000 e 2010.

Região	Cidades	1991		2000		2010	
		EF	POP	EF	POP	EF	POP
NE	29	63.233	3.961.549	100.382	4.601.950	201.648	5.229.321
SE	84	824.319	12.004.080	815.287	14.474.100	1.405.468	16.608.149

Fonte: Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE. Censos 1991, 2000 e 2010.

A tabela 02 apresenta a especialização do emprego industrial nas regiões Nordeste e Sudeste, ou seja, mostra a importância de cada segmento do setor industrial nessas regiões quando comparadas ao emprego total do Brasil.

Tabela 02 – Coeficiente de localização do emprego industrial de cada Região em relação ao emprego total do Brasil.

	1991		2000		2010	
	NORDESTE	SUDESTE	NORDESTE	SUDESTE	NORDESTE	SUDESTE
EXTR MINERAL	1,00	0,96	1,34	1,06	1,07	1,12
MIN NAO MET	0,89	1,04	1,15	1,03	1,21	0,97
IND METALURG	0,39	1,24	0,39	1,29	0,46	1,26
IND MECANICA	0,23	1,15	0,20	1,19	0,28	1,18
ELET E COMUM	0,27	1,24	0,31	1,23	0,27	1,16
MAT TRANSP	0,09	1,39	0,13	1,40	0,24	1,38
MAD E MOBIL	0,48	0,60	0,42	0,55	0,46	0,67
PAPEL E GRAF	0,66	1,11	0,58	1,16	0,65	1,14
BOR FUM COUR	0,58	1,12	0,52	1,09	0,56	1,11
IND QUIMICA	0,81	1,18	0,67	1,25	0,75	1,18
IND TÊXTIL	1,10	1,06	1,25	0,98	1,10	0,94
IND CALCADOS	0,26	0,57	1,47	0,49	2,28	0,50
ALIM E BEB	2,20	0,74	1,61	0,79	1,22	0,82
SER UTIL PUB	1,50	0,81	1,48	0,95	1,23	0,99
CONSTR CIVIL	1,50	0,93	1,39	0,97	1,44	0,95

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

A tabela 02 mostra que na Região Nordeste, ao longo do período estudado, há uma maior concentração nas atividades com maior intensividade em mão de obra, como é o caso das indústrias têxteis, de calçados e de alimentos. A indústria que mais se especializou foi a de calçados, pois apresenta crescimento significativo. Os segmentos mais intensivos em capital, como a indústria mecânica e de material de transporte, não apresentaram um quociente locacional elevado nos anos estudados.

Quanto ao Sudeste a maior expressividade na Região encontra-se naquelas atividades em que há uma maior intensividade em capital, como é o caso da indústria de material elétrico e a indústria de material de transporte.

A tabela 03 mostra a participação relativa das cidades médias das regiões Nordeste e Sudeste em relação ao total do emprego industrial nas mesmas regiões.

Tabela 03 – Participação relativa do emprego industrial das cidades médias em relação ao emprego total de cada Região.

SUBSETORES IBGE	1991		2000		2010	
	NORDESTE	SUDESTE	NORDESTE	SUDESTE	NORDESTE	SUDESTE
EXTR MINERAL	7,36	30,69	16,75	26,30	15,01	42,32
MIN NAO MET	15,07	29,08	14,64	24,29	13,99	25,05
IND METALURG	6,23	23,28	12,81	27,05	12,89	29,60
IND MECANICA	6,02	24,80	22,45	26,91	15,18	33,72
ELET E COMUM	3,05	9,91	5,39	16,82	7,83	23,99
MAT TRANSP	3,76	13,91	7,71	17,21	3,96	21,14
MAD E MOBIL	26,26	25,90	15,84	27,71	12,12	29,14
PAPEL E GRAF	5,21	15,64	9,50	17,93	13,88	19,23
BOR FUM COUR	26,84	17,76	34,30	22,88	21,12	23,52
IND QUIMICA	5,77	14,48	10,70	16,98	11,93	18,39
IND TEXTIL	6,44	23,96	8,92	25,58	9,74	25,90
IND CALÇADOS	18,00	53,68	37,72	60,66	34,81	54,43
ALIM E BEB	6,85	23,66	9,48	23,28	9,54	24,64
SER UTIL PUB	8,56	12,21	8,63	15,77	8,15	18,17
CONSTR CIVIL	4,19	16,50	6,68	20,54	7,52	21,14
TOTAL IND CM	7,63	20,24	11,50	22,67	11,58	24,61

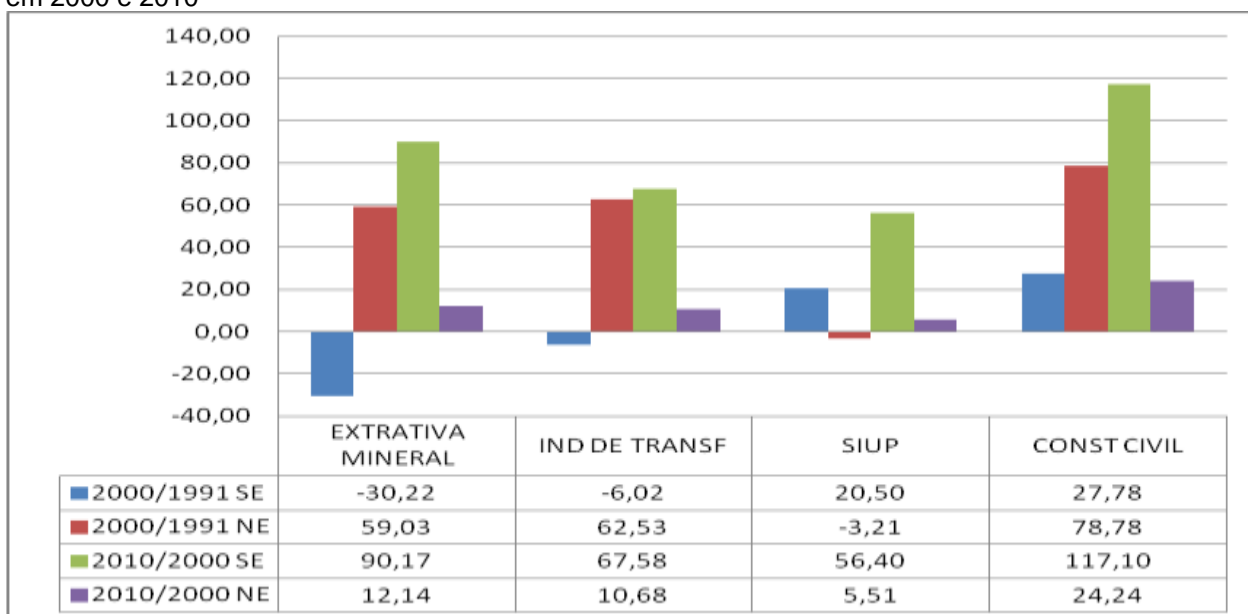
Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

Em 1991 as cidades médias do Nordeste concentravam sua maior participação nos segmentos da borracha, madeira e na indústria de calçados. Em 2000, 37% de todo o emprego na indústria de calçados da Região estava concentrado nessas cidades. O mesmo ocorre com a indústria de borracha com um total de 34% do emprego desse segmento concentrado nesses municípios. Embora em proporções menores, a maior concentração do emprego nordestino, nesses dois segmentos, está localizada nas cidades médias.

No que se refere ao Sudeste, a concentração do emprego industrial nas cidades médias é ainda mais marcante. Pois, em todos os anos estudados, mais de 50% de todo o emprego na indústria de calçados da Região encontra-se nas cidades médias. A indústria mecânica aumentou sua participação de 24% em 1991, para 33% em 2010.

Ao comparar o período para as duas regiões, as cidades médias do Sudeste mantém uma maior participação do emprego industrial na Região do que as cidades do Nordeste.

Gráfico 01 – Taxa de crescimento do emprego industrial nas cidades medias do Sudeste e Nordeste (%) em 2000 e 2010



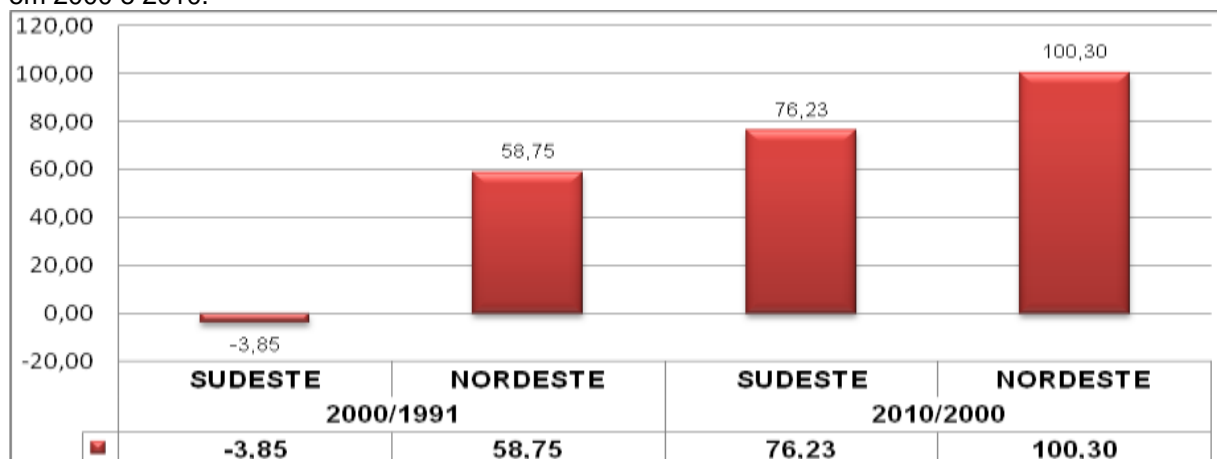
Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

O gráfico 01 mostra que nos anos 1990 as cidades médias do Nordeste, apesar de ter uma participação dentro da Região inferior a participação das cidades do Sudeste (tabela 02), apresentaram crescimento do emprego industrial superior. As maiores perdas, para esta Região, ocorreram na extração mineral (30,22%) e na indústria de transformação (6,02%). No caso do Nordeste foram os serviços industriais de utilidade pública (3,21) que apresentou queda no período.

Com relação aos anos 2000 ocorreu crescimento do emprego nas duas regiões, com uma visível recuperação das cidades do Sudeste. Contudo, entende-se que essa taxa de crescimento relativo do Nordeste superior ao Sudeste, deve-se, em parte, ao fato de que as taxas desta Região estavam negativas.

O gráfico 02 mostra a taxa de crescimento do conjunto das cidades médias para as duas regiões.

Gráfico 02 – Taxa de crescimento do emprego industrial das cidades médias do Sudeste e Nordeste (%) em 2000 e 2010.



Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

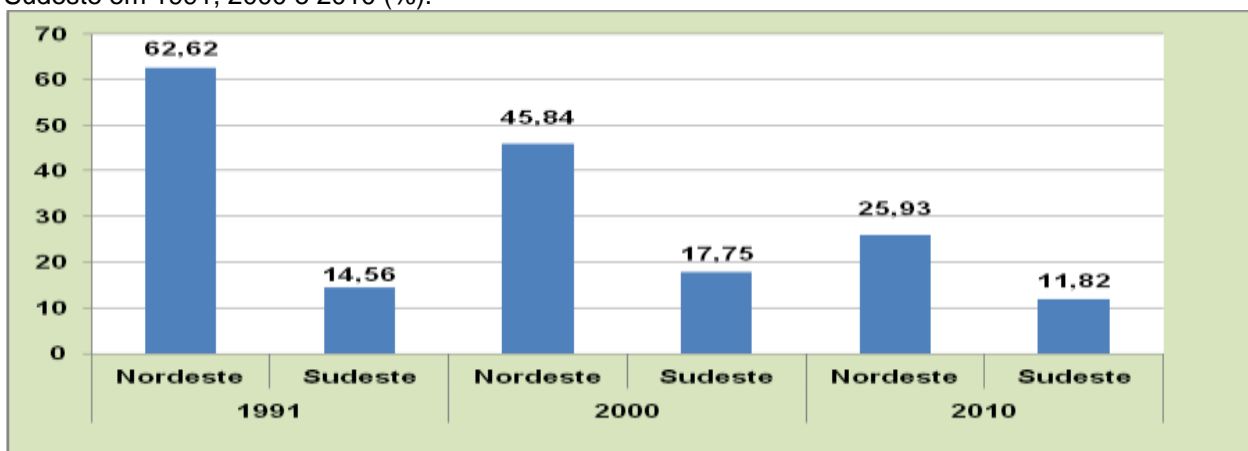
De acordo com os dados dispostos no gráfico 02, o crescimento do conjunto das cidades médias para as duas regiões foi maior nos anos 2000. Porém, do ponto de vista relativo, o crescimento se deu de forma mais acentuada para aquelas cidades localizadas na Região Nordeste do Brasil.

O crescimento do emprego, em todo o período, mostrou-se mais dinâmico para o Nordeste. Esse dinamismo é, em parte, devido à políticas de incentivo à formalização de empresas, bem como ao processo de espraiamento das atividades produtivas de regiões mais concentradas (como o Sudeste) para as demais regiões do Brasil.

É preciso buscar descobrir as potencialidades e especificidades de cada região com vistas a reduzir, ainda mais, as desigualdades sociais e econômicas existentes no Brasil, com o desenvolvimento de políticas econômicas regionais. Essa redução ocorreu em virtude do crescimento da atividade industrial na economia brasileira, induzida pelas políticas incentivadas durante o Governo Lula. Tais políticas são caracterizadas devido a uma maior intervenção do Estado na economia através da isenção de impostos para compras de máquinas e equipamentos.

No gráfico 03 criou-se um índice dividindo o total da população pela quantidade de empregos formais industriais das cidades em pauta. Tal índice mostra que quanto menor for o índice, indica que há melhoria, ou seja, quanto menor a relação mais ocupada ou, mais precisamente, empregada formalmente estará a população.

Gráfico 03 – Relação população total e quantidade de emprego formal nas cidades médias do Nordeste e Sudeste em 1991, 2000 e 2010 (%).



Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

O gráfico 03 mostra que a proporção entre a população total e a população formalmente ocupada reduziu-se bastante ao longo dos anos, principalmente para as cidades da Região Nordeste que em 1991 a distância em relação ao Sudeste era maior. Percebe-se que em 2010 a distância entre as regiões reduziu-se bastante ao longo dos anos. Essas informações demonstram que há uma convergência entre as cidades dessas regiões. Enquanto em 1991 a diferença entre as regiões era de 48, em 2010 essa proporção cai para 14, ou seja, há um aumento na quantidade de pessoas ocupadas no setor industrial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa era descrever o comportamento dos diferenciais de empregos formalizados entre as cidades médias não metropolitanas das regiões Nordeste e Sudeste. Deve-se levar em consideração que esse trabalho limitou-se a estudar tão somente o setor industrial nas cidades em pauta. Nesse sentido, deixou-se para uma outra pesquisa os outros setores da economia, por exemplo o setor de serviços, o qual possui uma quantidade bastante significativa de postos trabalhos, bem como alguns atributos poderiam melhorar a pesquisa: Salários, Gênero, Raça, etc. Este estudo apenas ratifica o que vem se mostrando historicamente na economia brasileira,

de que o Sudeste é a Região com maior quantitativo de empregos formalizados no setor industrial, mais especificamente o estado de São Paulo.

A guerra fiscal da década de 1990 constituiu-se no principal fator que alterou as vantagens de localização que influenciava a decisão locacional. Nos anos 2000, percebe-se que as políticas de desenvolvimento da indústria promoveram uma redistribuição da indústria em direção à outros estados da federação não pertencentes à Região Sudeste.

Essas mudanças que favoreceram as cidades médias nordestinas, as quais estão diretamente relacionadas com as políticas econômicas dos anos 1990 e 2000. Na primeira década, a ausência de políticas de desenvolvimento, aliada ao crescimento da concorrência fruto da abertura comercial e a guerra fiscal implicou em realocização de diversas empresas intensivas em mão de obra, que se realocalizaram nessas cidades aumentando significativamente o emprego industrial.

Ocorreu uma visível melhoria nos diferenciais de empregos formais na indústria, entre as cidades médias das regiões Nordeste e Sudeste, visto que há uma convergência de empregos industriais nas regiões, pois esse setor tem um dinamismo que provoca encadeamentos para frente e para trás, possibilitando empregabilidade não só no setor industrial, mas, também no setor agropecuário e no setor de serviços.

REFERÊNCIAS

ABLAS, L. A. Q.; PINTO, R. F. Nordeste brasileiro: Crescimento e dinâmica espacial no período 1970-2008. **Revista Econômica Do Nordeste**, FORTALEZA, V. 40, N 4, P. 821-832, OUT. /DEZ. 2009.

AMARAL FILHO, J. MELO, et al. **Impactos dos Grandes Projetos Federais em estados nordestinos - Ceará. In. Impactos dos grandes projetos federais sobre os estados do Nordeste** / Organizadores Maria Lussieu da Silva, Valdenia Apolinário. – Natal, RN: EDUFRRN, 2011.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 20.ed. Ed. UNIJUÍ – 1999.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. **Desconcentração industrial regional no Brasil (1985 – 1998): pausa ou retrocesso?** Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas: 2002.

PACHECO. Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Unicamp.1998

PEREIRA, William E. N. *et al.* **Distribuição Espacial da Indústria Calçadista no Nordeste (1985/2005)**. In. MACAMBIRA, Júnior; SANTOS, Sandra Maria dos (org.) **Brasil e Nordeste: ocupação, desemprego e desigualdade**. Fortaleza, IDT, BNB, 2007.

PEREIRA, William E. N. **Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos 1990**. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. CCHLA. UFRN, 2008.

Recebido em: janeiro de 2016
Aceito em: julho de 2016